



Relatório parcial das atividades da Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades representativas da Universidade Federal de Campina Grande.

Março-2015

Contatos: cvmjufcg@hotmail.com - ADUFCG: 3333-1032/ ADUC: 3531-2255 /
Sintesp/UFPG: 3333-1048/ ADUFCG-Patos: 3423-9513 / DCE-UFPG: 2101-1378/1251



Apresentação

Há pouco mais de 50 anos, para ser mais exato, no dia 1º de abril de 1964, um movimento político-militar derrubou o governo constitucional do presidente João Goulart, através de um violento golpe de estado, articulado por setores da classe dominante brasileira que contou com o apoio do imperialismo internacional, mormente o norte-americano. Hoje, sabemos, devido à sedimentação do tempo e ao avanço da pesquisa histórica, que o golpe de 1964 teve, o duplo objetivo de interromper as lutas sociais em curso, naquele momento histórico, especialmente, aquelas protagonizadas pelos(as) trabalhadores(as) do campo e da cidade e, por outro, implantar um novo projeto de poder que possibilitasse um novo ciclo de acumulação de capital, no Brasil. Daí, depois de marchas e contramarchas da história, resultou desse processo, a implantação, no país, de uma ditadura militar que haveria de perdurar por mais de duas décadas cujas sequelas econômicas, políticas e sociais, o Brasil ainda hoje padece, mesmo depois de completados 30 anos de seu fim formal, em 1985.

Como parte desta nova ordem social, no Brasil, pós-1964, tivemos a implantação paulatina de um verdadeiro estado ditatorial, embalado pela doutrina de segurança nacional, substrato ideológico que buscou legitimar os novos interesses hegemônicos em jogo. Esse quadro se materializou na implantação de uma legislação de exceção cada vez mais draconiana, o fechamento ou controle de instituições como o parlamento ou judiciário, o estabelecimento da censura e a repressão a diferentes formas de contestação política e ideológica a diferentes formas de oposição ao *status quo* vigente etc. No centro desse processo, estava a chamada comunidade de informação e segurança, responsável pela política de espionagem, delação, perseguição, prisão, sequestro, banimento, tortura, desaparecimento e assassinato: verdadeiros crimes de lesa-humanidade que vitimaram milhares de pessoas e que até o presente permanecem impunes.

**Contatos: cvmjufcg@hotmail.com - ADUFCG: 3333-1032/ ADUC: 3531-2255 /
Sintespb/UFCE: 3333-1048/ ADUFCG-Patos: 3423-9513 / DCE-UFCE: 2101-1378/1251**



Em maior ou menos grau, essa nova realidade acabou impactando profundamente a sociedade brasileira, levando a novas configurações políticas e sociais. De fato, praticamente, não houve grupo, pessoa ou instituição que tenha escapado à política cotidiana da ditadura, fosse para apoiá-la e dar sustentação, fosse para contestá-la e combatê-la em alguma medida, ao longo do tempo.

Nesse contexto, a universidade brasileira não esteve imune a todo esse processo histórico, refletindo, à sua maneira, os dilemas e expectativas em que a sociedade brasileira estava mergulhada, antes de 1964 e as novas questões que a ditadura colocou para seus diferentes sujeitos (professores, alunos, técnico-administrativos, dirigentes etc.), em termos de vida acadêmica, no que diz respeito à vivência cotidiana, à produção da ciência, da técnica, da arte e da cultura. A Universidade Federal de Campina Grande – até 2002 compunha a estrutura da UFPB – fez parte dessa história, que, durante muito tempo, ficou emudecida e que agora tem uma nova oportunidade de vir à tona com seus diferentes significados, para as velhas e novas gerações.

Assim, este relatório tem o objetivo divulgar os resultados parciais das atividades desenvolvidas pela Comissão da Verdade, da Memória e a Justiça das entidades representativas da Universidade Federal de Campina Grande (CVMJER/UFCG), no período correspondente a fevereiro de 2014 e fevereiro de 2015.

Da comissão, seus objetivos e composição

A Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das entidades representativas da Universidade Federal de Campina Grande tem por objetivo investigar o impacto do golpe de 1964 e da atuação da ditadura militar, no ambiente universitário da UFPB, especialmente, naqueles *campi* (itálico) que originaram a UFCG em 2002. Foi, formalmente, criada em junho de 2013, como uma das deliberações do II Congresso Universitário da UFCG, evento esse organizado pela ADUFCG; ADUC; ADUFCG-Patos; SINTESPB/UFCG e DCE/UFCG, com o objetivo de fazer um diagnóstico da instituição e

**Contatos: cvmjufcg@hotmail.com - ADUFCG: 3333-1032/ ADUC: 3531-2255 /
Sintespb/UFCG: 3333-1048/ ADUFCG-Patos: 3423-9513 / DCE-UFCG: 2101-1378/1251**



apresentar propostas para a superação de seus diversos problemas de acordo com o projeto histórico que unifica as mencionadas entidades, no que diz respeito à construção de uma universidade laica, pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada. Contudo, a sua implantação não se deu de forma imediata, devido a uma série de fatores operacionais e conjunturais que dificultaram a sua instalação. Logo após o fim do congresso, com a publicação das principais deliberações aprovadas pelos delegados, a comissão executiva envidou esforços para que as entidades promotoras discutissem a temática e indicassem os nomes para a composição da comissão. Esse processo de consulta durou mais ou menos até o início do ano seguinte, quando, de forma paritária, democrática e independente, cada entidade indicou a sua representação.

Em reunião, realizada no dia 06 de fevereiro de 2014, no auditório da ADUFPA, a comissão foi oficialmente instalada, contando com os seguintes membros:

Titulares:

Segmento docente: Luciano Mendonça de Lima (ADUFPA) e Carlos Roberto de Lima (ADUFPA-Patos)

Segmento técnico-administrativo: Agnaldo Ferreira da Silva e Arijames Soares de Góes (SINTESPB/UFPA)

Segmento estudantil: Valéria da Silva Sousa e Mayara Rayane Veras de Siqueira Góes (DCE/UFPA)

Suplentes:

Segmento docente: Amauri Fragoso de Medeiros (ADUFPA) e Sofya Dionizio (ADUC).

Segmento técnico-administrativo: não indicou.

Segmento estudantil: Carlos Edisio Torres Leite e Mateus Gomes de Moraes (DCE/UFPA).

**Contatos: cvmjufpa@hotmail.com - ADUFPA: 3333-1032/ ADUC: 3531-2255 /
Sintespb/UFPA: 3333-1048/ ADUFPA-Patos: 3423-9513 / DCE-UFPA: 2101-1378/1251**



Logo em seguida, a comissão discutiu e aprovou o seu regimento interno (ver anexo 1). Por fim, ainda, na primeira reunião de instalação, a comissão elegeu entre seus membros um presidente, um secretário e um tesoureiro, a saber: presidente (Luciano Mendonça de Lima); secretária (Valéria da Silva Sousa) e tesoureiro (Agnaldo Ferreira da Silva).

Das atividades da comissão

Após a reunião de instalação, a comissão voltou a se reunir ordinariamente, no dia 20/02/14, com o objetivo de traçar um plano de trabalho a ser desenvolvido nos 12 meses seguintes, ou seja, fevereiro de 2014 a fevereiro de 2015. Nessa reunião, foram estabelecidas três grandes diretrizes gerais que passaram a nortear os trabalhos, a saber: organização de audiências públicas, pesquisas em arquivos documentais e realização de eventos por manter relação com o objeto alvo da comissão que não é outro senão identificar o impacto do golpe e da ditadura militar, no contexto universitário paraibano. Em seguida, apresentamos uma síntese de cada uma dessas frentes de trabalho.

1- Audiências públicas: essa atividade tem consistido em registrar o depoimento de membros da comunidade universitária que viveram, na condição de professor, aluno ou técnico-administrativo, os acontecimentos da época da ditadura militar (1964/1985). Nesse sentido, o esforço inicial da comissão foi o de identificar, localizar e reunir essas pessoas para relatarem suas lembranças de época. Além de um precioso registro de experiências humanas, algumas delas vindo à tona pela primeira vez, os depoimentos contribuem em muito para a reconstituição dos acontecimentos narrados, depois de cruzados criticamente com outras evidências de época que a comissão vem realizando. Toda essa atividade se deu no formato de audiência pública, aberta, portanto, à participação de qualquer pessoa, quando o convidado tinha dispuha de mais ou menos uma hora para fazer o seu relato e logo em seguida ser inquirido pelos presentes, a começar dos membros da comissão. Todas as audiências aconteceram no auditório da ADUFCG, em Campina Grande, a exceção de

**Contatos: cvmjufcg@hotmail.com - ADUFCG: 3333-1032/ ADUC: 3531-2255 /
Sintespb/UFCG: 3333-1048/ ADUFCG-Patos: 3423-9513 / DCE-UFCG: 2101-1378/1251**



duas, que foram realizadas em espaços fechados a pedido dos convidados. Até aqui, a comissão registrou o depoimento de 33 pessoas (ver anexo 2). Uma visão de conjunto do material aponta para as seguintes características:

A maior parte dos depoentes é constituída de ex-alunos, o que aponta para o fato de que os estudantes foram o segmento mais atingido pelas medidas de controle do universo acadêmico e ao mesmo tempo o que mais resistiu à repressão imposta pela ditadura e seus operadores, em âmbito local. Por outro lado, boa parte desses(as) ex-alunos(as) acabou retornando para a instituição ainda na conjuntura da ditadura em seus momentos finais dos anos 1970, agora na condição de técnicos e professores, tendo sido notadamente fundamentais na organização do movimento docente de funcionários, como já haviam sido antes no movimento estudantil.

Também, podemos observar que os depoentes forjaram suas experiências em diferentes momentos do período objeto de preocupação da comissão. Assim, existem aqueles que já estavam na UFPB em 1º de abril de 1964, ou seja, no momento exato do golpe que instaurou o estado de exceção; enquanto isso, temos outros que adentraram os muros da instituição entre os derradeiros anos da década de 1960 e os primeiros dos anos setenta, quando o regime militar estava consolidado e, por fim, temos o exemplo daqueles cuja presença, na academia, coincidiu com os momentos finais da ditadura militar. Esse quadro é interessante, pois permite caracterizar as diferentes conjunturas vivenciadas pela universidade em tempos de ditadura, em seus momentos de permanência, mas também de mudanças.

Observamos também que vários depoentes, especialmente aqueles que começaram a ingressar, na instituição, na condição de docentes, em meados dos anos 1970, eram originários de outros estados da federação, trazendo consigo uma experiência nova do lugar de origem. Nesse grupo, merece destaque aqueles(as) que viveram a condição do exílio em outros países ou situações de clandestinidade ou semiclandestinidade, no país, o que

**Contatos: cvmjufcg@hotmail.com - ADUFCG: 3333-1032/ ADUC: 3531-2255 /
Sintespb/UFCG: 3333-1048/ ADUFCG-Patos: 3423-9513 / DCE-UFCG: 2101-1378/1251**



impactou, no trabalho acadêmico e político que passaram a desenvolver por aqui a partir do momento em que chegaram à Universidade.

É importante destacar ainda que os depoimentos apontam para uma série de questões da maior importância, em se tratando de um período crucial da história da Universidade, que de certa forma foram distorcidas ou então ficaram emudecidas por muito tempo e que nesses tempos de busca por memória, verdade e justiça estão, paulatinamente, vindo a público, no Brasil, não sem grandes dificuldades, contradições e tensões. Desse modo, por exemplo, muitos depoimentos apontam para a rede de cumplicidade e adesão que se estabeleceu entre setores da Universidade, em especial os seus dirigentes e os agentes da ditadura; o clima de medo e obscurantismo que se instaurou no interior da UFPB; perseguições por questões políticas e ideológicas a membros da comunidade universitária, e inclusive o registro de prisões, torturas e mortes de professores, alunos e técnicos. Por outro lado, os depoimentos também apontam para ações de altivez e coragem, redundando com o tempo na formação de todo um movimento de denúncia e resistência ao arbítrio e ao terror por parte dos três segmentos da universidade.

2- Pesquisas em arquivos documentais: em que pese boa parte da documentação do período em foco ter sido extraviada, especialmente aquela de natureza sensível que remete aos crimes da ditadura e seus agentes, é fato também que muita coisa sobreviveu à implacável ação do tempo e à incúria deliberada, ou não, dos homens. Nesse sentido, a comissão buscou fazer, inicialmente, um levantamento dos arquivos locais, onde, potencialmente, contivessem fontes para o trabalho de reconstituição e análise do período objeto de investigação da comissão. Até o presente momento, foram parcialmente pesquisadas documentações sob a guarda das seguintes instituições arquivistas:

A- Arquivo da Secretaria dos Órgãos Superiores da UFPB (ASODS/UFPB): localizado no prédio da reitoria, no *campus* central da UFPB em João Pessoa, onde funciona em precárias instalações, este arquivo contém importantes fontes documentais que

**Contatos: cvmjufcg@hotmail.com - ADUFCG: 3333-1032/ ADUC: 3531-2255 /
Sintespb/UFCG: 3333-1048/ ADUFCG-Patos: 3423-9513 / DCE-UFCG: 2101-1378/1251**



servirão de base para o trabalho da comissão, especialmente para a escritura de seu relatório final. Entre essas séries documentais até aqui pesquisadas, podemos citar os livros de atas dos órgãos superiores-CONSUNI, CONSEPE, ASSEMBLEIA UNIVERSITÁRIA, CÂMARAS SETORIAIS, Resoluções, Processos administrativos, Sindicâncias, Correspondência recebidas e expedidas etc.

B- Arquivo Geral da Universidade Federal de Campina Grande (AGUFCG): situado em prédio construído para tal fim, no *campus* central a UFCG, na cidade e Campina Grande, este arquivo guarda importante documentação referente à história da instituição, que, como sabemos, começou bem antes de sua criação, em 2002. Nesse contexto, merecem destaque os acervos das antigas escolas POLITÉCNICA e FACE, que estão na origem do antigo *campus* II da UFPB, material esse também muito importante para os objetivos da comissão. Dentre as fontes aí localizadas, podemos citar livros de correspondências recebidas e expedidas, livro de boletins pessoais, atas de reuniões de centro, congregações e departamentos, relatórios, sindicâncias, resoluções etc.

C- Arquivo do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB: este órgão suplementar, vinculado diretamente à reitoria da instituição, funciona em uma sala no *campus* universitário da UFPB em João Pessoa. O seu objetivo é dar suporte não só a outras unidades acadêmicas, que lidam com a temática dos direitos humanos, mas também à entidades da sociedade civil que atuam nesse campo. Da sua estrutura administrativa faz parte o arquivo, responsável pela guarda de acervos próprios ou em regime de comodato. Dentre esses últimos, se destacam dois que guardam relação com o objeto de investigação da comissão. Referimo-nos aqui à documentação do antigo DOPS-PB e do DCE/UFPB, que trazem uma quantidade variável de fontes para a história da UFPB, no período ditatorial, dentre eles processos, correspondências, fichas, prontuários, jornais, boletins, panfletos etc. D- Arquivo da Comissão estadual da verdade e da preservação da memória: criada em outubro de 2012 e instalada em março de 2013, a referida comissão tem o

**Contatos: cvmjufcg@hotmail.com - ADUFCG: 3333-1032/ ADUC: 3531-2255 /
Sintespb/UFCG: 3333-1048/ ADUFCG-Patos: 3423-9513 / DCE-UFCG: 2101-1378/1251**



objetivo de investigar as graves violações a direitos humanos, na Paraíba, no contexto maior da ditadura militar. Nesse sentido, tem feito um trabalho de localização e pesquisa em diversos arquivos. Como os objetivos das duas comissões convergem em muitos aspectos, várias iniciativas em comum têm sido estabelecidas, a exemplo da permuta de documentos. No que diz respeito aos documentos que, particularmente, nos interessam e se encontram em mãos da comissão estadual, lembramos aqui os arquivos de órgãos da repressão, tais como os da Polícia Federal, SNI, Forças Armadas etc. Como a universidade foi uma das instituições mais atingidas naquela conjuntura, natural seria que muitos de seus membros fossem monitorados e perseguidos pelos referidos órgãos. É o que a pesquisa em andamento comprova, tendo como referência os Inquéritos Policiais Militares, Relatórios, fichários, documentos sensíveis de natureza secreta, reservada e confidencial etc.

3- Eventos realizados: uma das maiores preocupações dos membros da comissão desde a sua instalação era evitar o perigo do isolamento. Foi com esse objetivo, a priori, que a comissão, paralelamente às audiências públicas e ao trabalho de pesquisa arquivística, planejou um conjunto de atividades políticas e culturais, visando dar o máximo de publicidade a seus resultados e, por conseguinte, estimular a participação da comunidade e da sociedade como um todo. Como a nossa comissão foi instalada em 2014, ano que coincidiu com a passagem dos cinquenta anos do golpe militar de 1964 e a atuação de outras comissões Brasil afora, a exemplo da nacional e a do estado da Paraíba, seria natural que essa conjuntura mais geral acabasse influenciado boa parte de suas atividades, algo claramente perceptível quando analisamos os referidos eventos. Nesse sentido, no seu primeiro ano de funcionamento, a comissão organizou ou participou das seguintes atividades:

Título da atividade: Os 50 anos do golpe de 1964 e o papel das comissões da verdade

Data: 20/02/2014

**Contatos: cvmjufcg@hotmail.com - ADUFCG: 3333-1032/ ADUC: 3531-2255 /
Sintespb/UFCG: 3333-1048/ ADUFCG-Patos: 3423-9513 / DCE-UFCG: 2101-1378/1251**



Promoção: CVMJER/UFCG

Resumo: atividade que marcou o lançamento público dos trabalhos da CVMJER/UFCG, no auditório da ADUFCG e contou com a participação de membros de outras comissões com atuação na Paraíba, a exemplo da comissão estadual da verdade, o comitê paraibano de memória, verdade e justiça e entidades de defesa dos direitos humanos para debater o significado histórico/político do golpe militar de 1964 e a importância na presente conjuntura das comissões da verdade, na luta por memória, justiça e democracia no Brasil.

Título da atividade: 50 anos do golpe militar de 1º de abril de 1964

Data: 01/04/2014

Promoção: CVMJER/UFCG; MNCG; SINTAB.

Resumo: Dia de protesto para marcar localmente os 50 anos do golpe militar de 1964 e suas consequências trágicas para a maioria da população brasileira, ainda hoje, que consistiu na realização de uma série de atividades políticas e culturais, tais como um ato público na Praça da Bandeira, centro de Campina Grande, panfletagem, exibição e debate de filme sobre a temática.

Título da atividade: Democracia e ditadura no Brasil (1964-2014): 50 anos do golpe militar

Data: 01/04/2014

Promoção: Fórum de estudos políticos-Grupo Práxis-UACS/CH/UFCG.

Resumo: atividade organizada por várias entidades acadêmicas da UFCG também marcada pela discussão dos 50 anos do golpe de 1964. Dentro da programação geral do evento, foi realizada uma mesa redonda sobre ditadura e democracia no Brasil que contou com a participação de uma representação da CVMJER/UFCG.

Título da atividade: Os 50 anos do golpe de 1964.

Data: 20/05/2014

**Contatos: cvmjufcg@hotmail.com - ADUFCG: 3333-1032/ ADUC: 3531-2255 /
Sintespb/UFCG: 3333-1048/ ADUFCG-Patos: 3423-9513 / DCE-UFCG: 2101-1378/1251**



Promoção: Câmara Municipal de Campina Grande.

Resumo: sessão especial realizada no plenário da CMCG para lembrar os 50 anos do golpe de 1964 que contou com a participação de diversas entidades, instituições e convidados, dentre eles um representante da CVMJER/UFCG.

Título da atividade: XVI encontro estadual de história.

Data: 25 a 29/08/2014

Promoção: ANPUH-PB.

Resumo: A associação nacional de história, seção Paraíba, entidade maior dos historiadores locais, realiza a cada dois o seu mais importante evento. No ano de 2014, a exemplo de outras entidades de classe, a ANPUH elegeu os 50 anos do golpe e 1964 como temática geral do evento. Dentre as muitas atividades programadas ao longo de uma semana, tendo como local principal o campus central da UEPB em Campina Grande, foi organizada uma audiência pública com as comissões da verdade com atuação no Estado, no dia 29/08/2014, dentre elas a CVMJER/UFCG.

Título da atividade: 35 anos da anistia no Brasil: lutas, limites e perspectivas.

Data: 28/08/2014.

Promoção: CVMJER/UFCG.

Resumo: Além dos 50 anos do golpe de estado de 1964, o ano de 2014 também coincidiu com outras “efemérides” da história do Brasil que, direta ou indiretamente, remetem ao período foco dos trabalhos da comissão da verdade. Foi o caso dos 35 anos da campanha que culminou com a aprovação da lei da anistia, no Brasil, em 28 de abril de 1979, com especial destaque para os seus limites, o maior deles, até hoje exposto, ou seja, a impunidade daqueles que cometeram crimes de lesa-humanidade contra o povo brasileiro. Visando refletir sobre o significado histórico desses acontecimentos a CVMJER/UFCG realizou um conjunto de atividades em Campina Grande, tendo como centro irradiador, o *campus* universitário da UFCG, como panfletagem, exibição e debate de filme, exposição

**Contatos: cvmjufcg@hotmail.com - ADUFCG: 3333-1032/ ADUC: 3531-2255 /
Sintespb/UFCG: 3333-1048/ ADUFCG-Patos: 3423-9513 / DCE-UFCG: 2101-1378/1251**



fotográfica sobre o tema e a realização de uma mesa redonda que contou com a participação de militantes e estudiosos da questão.

Título da atividade: A campanha das “Diretas Já” no Brasil 30 anos depois.

Data: 05/12/2014.

Promoção: CVMJER/UFCG.

Resumo: O ano de 2014 marcou a passagem dos 30 anos da campanha das “Diretas Já”, um dos maiores movimentos de massa da história recente do Brasil que coincidiu com o ocaso da ditadura militar no Brasil. Embora formalmente derrotada, em 25 de abril de 1984, em função da rejeição pelo congresso nacional da emenda constitucional que reestabelecia as eleições diretas para presidente da República, a referida campanha marcou profundamente o cenário político de época. Foi para responder a esses questionamentos/a essas inquietações que a CVMJER/UFCG convidou militantes e contemporâneos dos acontecimentos para lembrar e refletir politicamente sobre os 30 anos das “Diretas Já”, cuja programação consistiu, na realização de debates, exibição de filmes e uma exposição de imagens e textos sobre a temática.

Dos resultados parciais das investigações da comissão

Quando foi formalmente criada em 1955 a UFPB era uma instituição estadual vinculada ao governo do Estado, sendo posteriormente federalizada em 1960. Como muitas outras instituições de ensino superior, no Brasil, ela não nasceu de um projeto próprio de natureza acadêmica e política e sim da junção de unidades escolares isoladas das áreas de direito, medicina, engenharia, filosofia, odontologia, farmácia e economia. Em compensação, com o passar do tempo, ela foi se expandindo interior à dentro, chegando a se constituir nos anos 1970/1980 em uma das primeiras universidades do país em formato *multicamp*, com *campi* universitários nas cidades de João Pessoa, Campina Grande, Areia,

**Contatos: cvmjufcg@hotmail.com - ADUFCG: 3333-1032/ ADUC: 3531-2255 /
Sintespb/UFCG: 3333-1048/ ADUFCG-Patos: 3423-9513 / DCE-UFCG: 2101-1378/1251**



Bananeiras, Patos, Sousa e Cajazeiras, realidade essa condicionada tanto por fatores históricos locais, como também em relação à conjuntura nacional.

Na conjuntura em que antecedeu o golpe militar, a Paraíba (em que pese sua estrutura social e econômica, extremamente conservadora em um estado historicamente de bases, fortemente agrário, comandado por forças políticas oligárquicas reacionárias) esteve envolta nas lutas sociais que caracterizaram o país como um todo, especialmente aquelas que se travaram em torno das chamadas reformas de base, características da plataforma do governo João Goulart, entre os anos 1961/1964. A UFPB não ficou imune a essa conjuntura mais ampla e refletiu, à sua maneira, as tensões vivenciadas pela sociedade em tempos de mobilização e polarização ideológica, levando a diferentes tomadas de posição de seus atores principais, quais sejam, professores, funcionários e estudantes. Nesse contexto, merece destaque a luta travada pelos estudantes, que, a rigor, era o único dos três segmentos universitário que agia como sujeito coletivo através de suas entidades representativas, tais como União Estadual dos Estudantes da Paraíba, Diretório Central dos Estudantes e entidades de base como Diretórios Acadêmicos, articulando uma pauta específica que, embora construída no dia a dia da vivência universitária, não deixava de se entrelaçar com as lutas mais gerais em curso, no contexto histórico.

Observando a conjuntura de época, vamos encontrar os(as) estudantes universitários(as) paraibanos, muitas vezes lado a lado com secundaristas de escolas públicas e privadas do estado, defendendo a reforma universitária, críticas pontuais à estrutura curricular e práticas pedagógicas autoritárias, reivindicação por mais verbas para a UFPB, lutando para ter uma maior representação nos órgãos superiores da instituição, pela meia passagem nos ônibus urbanos etc. Por outro lado, à medida que a conjuntura se radicalizava, essas lutas iam cada vez mais se politizando, aproximando as suas reivindicações aos dos(as) trabalhadores(as) do campo e da cidade, talvez uma influência da tese nacionalista e de esquerda da aliança estudantes, operários e camponeses,

**Contatos: cvmjufcg@hotmail.com - ADUFCG: 3333-1032/ ADUC: 3531-2255 /
Sintespb/UFCG: 3333-1048/ ADUFCG-Patos: 3423-9513 / DCE-UFCG: 2101-1378/1251**



hegemonica, no interior da União Nacional dos Estudantes, entidade mais influente no movimento universitário daquela quadratura histórica brasileira.¹

Vejamos então alguns exemplos concretos, retirados principalmente da documentação até aqui pesquisada e com o apoio da bibliografia disponível sobre a período em foco. Quando do episódio da crise, que resultou da renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, os estudantes da UFPB engrossaram, em âmbito local, as fileiras do movimento da legalidade, que rechaçava a tentativa de golpe empreendida pela direita em aliança com grupos de militares, visando evitar a posse do então vice-presidente João Goulart, ao decretaram greve geral por tempo indeterminado. Assim, por exemplo, em ofício datado de 29 de agosto de 1961, o presidente e a secretária do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas, respectivamente Henrique Miranda Sá Neto e Terezinha Cláudio de Melo, comunicaram à direção da escola o seguinte:

“Em conformidade com as decisões da UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES e UNIÃO ESTADUAL DOS ESTUDANTES DA PARAÍBA, o Diretório Acadêmico, na pessoa do seu Presidente encaminha o presente ofício a fim de comunicar-lhe a decretação de uma greve nacional universitária, por tempo indeterminado.

Prende-se o movimento paredista aos princípios patrióticos traçados pela entidade máxima dos estudantes brasileiros, ou sejam,

- I- DEFESA DA LEGALIDADE DEMOCRÁTICA;
- II- INTRASIGENTE APOIO Á POLÍTICA EXTERIOR DE SOBERANIA E INDEPENDÊNCIA QUE ERA EMPREENDIDA PELO EX-PRESIDENTE JÂNIO QUADOS.

¹ Em diversas ocasiões do período pesquisado os estudantes paraibanos receberam a visita de membros da UNE em missão política e cultural no Estado. Em 16 de abril de 1962, por exemplo, houve uma assembleia geral na UFPB, campus de João Pessoa, com o intuito de receber os dirigentes da entidade. Ver. Ofício da Reitoria da UFPB aos Diretores de Unidades Escolares, 12/04/1962. AGUFCG.



Sendo o que tínhamos a comunicar-lhe, reiteramos o nosso desejo de que a sua compreensão alcance os propósitos democráticos que norteiam a posição assumida pelo Corpo Discente da Escola, coerente com os 120.000 universitários brasileiros”.²

No ano seguinte, em 28 de março de 1962, os estudantes da UFPB voltariam à cena pública para lutar por seus direitos, desta vez através de uma paralisação de advertência de 24 horas, em função dos seguintes fatores:

a) em nome da tradicional solidariedade que envolve a classe universitária paraibana;

b) em razão do Conselho Estadual de Estudantes realizado em 25 do corrente na cidade de Areia;

c) clamando por justiça por parte do Ministério da Agricultura para a Escola de Agronomia do Nordeste, cujos Corpos Docente, Discente e Administrativo enfrentam as piores condições de subsistência;

d) reafirmando a capacidade de luta dos estudantes da Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande em defesa do futuro cultural de nossa Pátria”.³

No ano seguinte, as tensões e conflitos foram se avolumando, obrigando os estudantes a mais uma vez se posicionarem em relação à situação política do país, nos seguintes termos:

“Comunico a V. S. que será realizada hoje, a partir das 10,00 horas, no Auditório desta Faculdade, uma reunião estudantil, com a participação de universitários de todas as Escolas superiores desta cidade, com a finalidade de apreciação do atual momento nacional e tomada de posição dos universitários face ao mesmo.”⁴

Nos primeiros meses do crítico ano de 1964, os estudantes paraibanos protagonizaram outro importante momento da conjuntura de época, com desdobramentos

² Ver. Ofício N° 22/61, 29/08/1961. AGUFCG.

³ Ver. Nota oficial do DA da FACE, 28/03/1962. AGUFCG.

⁴ Ver. Ofício do DA da FACE ao Diretor da FACE, 07/10/1963. AGUFCG.



posteriores na vida da UFPB. Trata-se do episódio referente à visita à Paraíba do governador da Guanabara, o udenista Carlos Lacerda, um dos arqui-inimigos mais notórios do movimento estudantil e das forças progressistas do país de então. A presença de Lacerda em território paraibano foi anunciada para o dia 03 de março daquele ano. Ato contínuo, Em ato contínuo, os estudantes universitários e secundaristas (junto com outros setores democráticos do Estado) convocaram uma manifestação pública de repúdio à tal presença, a ser realizada na Praça dos três poderes, centro da capital paraibana, onde estava situado o prédio da tradicional Faculdade de Direito da UFPB. Ao tomar conhecimento do fato, alguns partidários do principal líder da direita brasileira, comandados pelo professor da Faculdade de Engenharia Joacil de Brito Pereira e o estudante de Direito Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, se dirigiram para o local e tentaram impedir de todas as formas a realização do comício. A partir daí, o conflito se instaurou entre as partes, culminando com o cerco e invasão ao prédio da Faculdade de Direito, para onde alunos e demais manifestantes se dirigiram no sentido de se refugiarem da fúria de seus perseguidores, culminando com a agressão e prisão de várias pessoas pela repressão policial do governador Pedro Gondim e de agentes da Guarnição Federal.⁵

⁵ Convém destacar desde já que esses dois personagens eram muito mais do que simples membros da comunidade universitária da UFPB. Na verdade, ambos faziam parte das forças políticas mais retrogradadas e reacionárias do espectro político e ideológico da época. No caso de Joacil de Brito, muito mais do que como professor universitário, se destacou como representante maior da direita paraibana e por isso mesmo considerado o principal porta voz das oligarquias locais, tendo para isso eleito deputado estadual pela UDN. Quanto ao futuro bacharel Marcos Odilon e também político, era filho de grandes proprietários rurais da zona da mata. Ambos estavam ligados, em termos familiares e políticos, ao chamado “grupo da várzea”, responsável pela escalada de violência que se intensificou naquele momento histórico contra as ligas camponesas e que culminou na brutal repressão a milhares de trabalhadores rurais anônimos (antes e depois do golpe de 1964) e no assassinato de várias lideranças, como Alfredo Nascimento, João Pedro Teixeira, João Alfredo Dias (Nêgo Fuba), Pedro Inácio de Araújo, o Pedro Fazendeiro, e Margarida Maria Alves. Nesse sentido, podemos dizer que o episódio da Faculdade de Direito guarda um significado que vai muito além de uma refrega juvenil envolvendo estudantes e alguns professores. Para uma leitura da conjuntura da época, em especial o significado das lutas sociais em curso nos anos 1950/1960, ver. Cittadino, Monique. Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945-1964). João Pessoa: Idéia, 1998.



Com a repercussão do fato nos dias seguintes, o Diretório Central dos Estudantes resolveu levar o caso às instancias superiores da UFPB, exigindo que os fatos fossem apurados e punidos os dois principais responsáveis pelo tumulto do dia 03/03/1964. Reproduzimos abaixo os termos da petição datada de 11 de março de 1964 e assinada por Edvaldo de Gois, presidente do DCE:

“Considerando o que rezam os estatutos da UP e as leis vigentes, os universitários paraibanos, por intermédio do Diretório Central dos Estudantes denunciam o Professor Joacil de Brito Pereira (Escola Engenharia) e o estudante Marcus Odilon Ribeiro Coutinho (Fac. Direito) como autores e comandantes do autentico quebra-quebra e da baderna dirigidos contra o prédio da Faculdade de Direito e seus ocupantes. Vale salientar que a atitude dos provocadores pôs em perigo a vida de dezenas de estudantes superiores e secundaristas de diversas escolas no momento em que discordavam da visita do governador da Guanabara, no uso de um princípio fundamental de direito, assegurado pela constituição”.⁶

Para discutir a questão, o reitor Mário Moacyr Porto, também professor da Faculdade de Direito, convocou uma reunião do órgão máxima da instituição, o Conselho Universitário, para o dia 23 de março de 1964. Após a abertura dos trabalhos com a leitura da petição do DCE, o presidente dos trabalhos comunicou que o professor Joacil de Brito Pereira havia dado entrada com o processo, questionando os termos da denúncia dos estudantes, buscando ao mesmo tempo se isentar de qualquer responsabilidade pelos fatos do dia 03 de março de 1964. Em seguida, se estabeleceu uma discussão para saber se o próprio conselho levava adiante a questão, com a instauração de um processo administrativo ou a questão voltaria para a congregação da Faculdade de Direito, palco dos acontecimentos, para em seguida retornar à instância superior para posterior deliberação.

⁶ Processo Nº 01061 do CONSUNI, 16/03/1964. ASODS/UFPB.



Essa última tese acabou prevalecendo, tendo sido aprovada pela maioria dos conselheiros, porém com o protesto e voto contrário da bancada estudantil.⁷

Quando a matéria retornou à pauta do Conselho Superior, em 08 de maio de 1964, já foi no contexto pós-golpe de 1º de abril de 1964, com tudo que isso implicou para a universidade e a sociedade. Entre um momento e outro, as forças golpistas, operando por fora e por dentro da universidade, traçaram o destino do reitor Mário Moacyr Porto, destituindo-o do cargo. Em seu lugar, foi indicado pelo “comando revolucionário”, (representado no nordeste pelo General Joaquim Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército) o senhor Guilaro Martins Alves como interventor federal. Não poderia haver homem mais indicado para assumir os novos rumos que a UFPB iria tomar a partir dali. É que, além de ser professor da Faculdade de Medicina e identificado com as forças conservadoras locais, ele também era militar por formação, detentor da patente de capitão do Exército, o que pode ter sido um detalhe fundamental para a sua escolha como dirigente máximo da UFPB em tempos de ditadura militar.

Ao que parece, o novo reitor não perdeu tempo, pois na primeira reunião em que presidiu o CONSUNI já disse a que veio, revelando o seu estilo de ser: reitor ditador. Ao dirigir o “egrégio” conselho pela primeira vez, foi logo apresentando suas credenciais ideológicas de homem ligado aos mais caros valores do novo regime, a saber, a tradição da pátria, da família e da propriedade. Em sua avaliação, até às vésperas da intervenção “regeneradora” de 1º de abril de 1964, a nação estava mergulhada na:

“Negatividade do regime anteriormente vivido pelo país, quando a corrupção, aliada à demagogia e irresponsabilidade, presidiam a intranquilidade e a subversão em toda parte,

⁷ Essa reunião pode ser considerada “histórica”, dentre outras razões porque acabou se constituindo na última presidida pelo professor Mário Moacyr Porto na condição de reitor da UFPB. É que pouco depois, ele teve que viajar ao Rio de Janeiro para tratar de assuntos da universidade junto ao MEC. Por isso mesmo a reunião seguinte, a 4ª Sessão do CONSUNI do ano de 1964, realizada em 25/03/1964, foi presidida por Serafim Rodrigues Martinez, professor da Faculdade de Engenharia e vice-reitor da instituição. Quando retornou a Paraíba já se deparou com a reviravolta criada pelo golpe de 1º de abril de 1964. Ver. Livro de Atas Nº 3. CONSUNI. Ata da 3ª sessão do Conselho Universitário realizada em 23/03/1964. ASODS/UFPB.



com evidentes sacrifícios e ameaça à paz e convivência democrática no Brasil. Ainda acentuou que as Forças Armadas brasileiras agiram com prontidão e eficácia, devolvendo a normalidade à Nação e repondo, com austeridade, condições favoráveis ao trabalho e desenvolvimento em todo o país”.⁸

Ao colocar em discussão o inquérito administrativo instaurado pela Faculdade de Direito, quanto aos acontecimentos de 03 de março de 1964, o reitor ditador traduziu, na prática, o novo modo que pretendia implantar em sua administração à frente da UFPB. Depois de caracterizar aqueles fatos como “uma nódoa na vida universitária da Paraíba, pela gravidade excepcional e pela demonstração de agitação comunista que representaram”, propôs a pena de exclusão sumário dos estudantes, que de acusadores, na sessão anterior, passaram agora à condição de acusados. Mesmo não conseguido impor, integralmente, o intento da expulsão pura e simples, a proposta de punir os alunos pelo elementar direito de livre manifestação, exercido no dia 03/03/1964, visto agora como prática subversiva e criminosa atentatória a “segurança nacional”, foi aprovada por unanimidade, por um conselho, aquela altura, devidamente depurado de suas vozes dissonantes, especialmente a das entidades estudantis, substituídas que foram por interventores fiéis aos novos dirigentes de plantão. Outrossim, por uma questão de justiça, deve-se aqui lembrar atitudes dignas da parte de alguns poucos conselheiros, que de certa maneira contribuíram para que a draconiana pena de desligamento definitivo dos alunos fosse convertida em suspensão por um ano. Digna de nota, foram as ponderações feitas ao longo da reunião do professor Cláudio Santa Cruz Costa. Mesmo admitindo reprovar os acontecimentos, discordou do rito sumário, então imposto ao processo, sugerindo que o mesmo retornasse à Faculdade de

⁸ Ver. Livro de Atas Nº 3. CONSUNI. Ata da 5ª sessão do Conselho Universitário realizada a 08 de maio de 1964. ASODS/UFPB.



Direito para melhor instrução. Coincidência ou não, o fato é que pouco tempo depois foi incluído na primeira lista de professores punidos da instituição.⁹

O resultado final da referida reunião se traduziu na aprovação e aplicação do conteúdo da resolução de Nº 18, de 15 de maio de 1964, que proibiu a matrícula de 11 alunos da instituição por todo aquele triste ano.¹⁰ Eis a lista dos atingidos e seus respectivos cursos:

1-José Iremar Alves Bronzeado, aluno dos cursos de Ciência Econômicas e História-JP.

2-Aderbal Vilar Sobrinho, aluno do curso de Ciências Econômicas-JP

3-José Ferreira da Silva, aluno do curso de Ciência Econômicas-JP

4-Inocência Nóbrega Filho, aluno do curso de Ciências Econômicas-JP

5-Rubens Pinto Lira, aluno do curso de Direito-JP

6-José Umberto Espíndola Pontes de Miranda, aluno do curso de Direito-JP

7-Evandro Ferreira dos Santos, aluno do curso de Direito-JP

8-Antônio Sérgio Tavares de Melo, aluno do curso de Direito-JP

9-José Tarcísio Fernandes, aluno do curso de Direito-JP

10-Carlos Augusto de Carvalho, aluno do curso de Direito-JP

⁹ Além do reitor ditador, era a seguinte a composição do CONSUNI naquele 08/05/1964: João Toscano Gonçalves de Medeiros (ex-reitor); Serafim Rodrigues Martinez e José Carlos Dias de Freitas (Escola de Engenharia); Antônio da Silva Moraes (representante do conjunto de Institutos da UFPB); Cláudio Santa Cruz Costa e Juarez de Paiva Macedo (Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba); Milton Ferreira de Paiva e Geraldo Lafayette Bezerra (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras); José Paulino Costa Filho e José Lopes de Andrade (Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande); Lynaldo Cavalcante de Albuquerque e Otacílio dos Santos Silveira (Escola Politécnica); Humberto Carneiro da Cunha Nóbrega e Luciano Ribeiro de Moraes (Faculdade de Medicina); José Regis Albuquerque e José Ribeiro Farias Sobrinho (Faculdade de Farmácia); Clovis dos Santos Lima e Hélio de Araújo Soares (Faculdade de Direito); Péricles de Figueiredo Gouveia e Ednaldo Luna Pedrosa (Faculdade de Odontologia); Severino Ramalho Leite (DA de Direito); Joaquim Fernandes de C. Martins (DA de Odontologia); Gutemberg de Castro (DA de Engenharia); Antônio Eudes Vieira (DA de Medicina); Ediláudio Luna de Carvalho (DA de Farmácia); Jorge Scavuzzi dos Santos (DA de Ciências Econômicas da Paraíba); Antônio Augusto Silva (DA de Ciências Econômicas de Campina Grande); João Edvaldo Alves dos Santos (DA da Politécnica); Artur Gonçalves Ribeiro (DA de Filosofia, Ciências e Letras) e João Luiz Ribeiro de Moraes (DCE).

¹⁰ Ver. Resolução Nº 18 do Conselho Universitário. ASODS/UFPB.



11-José Rodrigues Lopes, aluno do curso de Medicina-JP.

Com esse ato, Guilaro Martins Alves inaugurava a temporada de caça na UFPB, uma verdadeira operação limpeza para livrar a universidade dos “indesejáveis”. Por mostrar serviço desde o começo, foi recompensado pelos “relevantes” serviços prestados à ditadura. Tanto é assim que no mês de agosto daquele mesmo ano de 1964, passou da condição de interventor a reitor efetivo, nomeador que foi pelo novo ministro da educação Suplicy de Lacerda para exercer o cargo por três anos, a partir de uma farsesca lista tríplice montada pelo CONSUNI.¹¹ Em 1967, foi novamente reconduzido ao cargo pelos mesmos moldes e assim permanecendo até 1971.

No seu longo reinado, a UFPB foi se adaptando aos novos tempos que os militares e seus aliados estabeleceram para o ensino superior no Brasil, o que implicava, dentre outras coisas, na sua crescente mercantilização, burocratização e controle ideológico. Não resta a menor dúvida de que o seu período foi o mais duro que a instituição até então tinha vivenciado, com a institucionalização da delação, do medo, do obscurantismo, da perseguição, enfim, do horror acadêmico.¹² Contudo, convém deixar claro desde já que ele não agia só e por isso mesmo não pode se transformar em mero “bode expiatório”. Na verdade, o significado de suas ações só pode ser plenamente compreendido quando inseridas numa teia mais ampla, que começava na base da universidade e ia até a sua

¹¹ Ver. Livro Nº 1. Termo de transmissão de cargos, 29/08/1964. ASODS/UFPB.

¹² Para uma caracterização geral da universidade em tempos de ditadura, com ênfase na gestão Guilaro Martins Alves, ver. Cittadino, Monique. A UFPB e o golpe de 64. João Pessoa: Edições ADUFPB-JP, 1993. Se é verdade que o golpe militar significou uma ruptura na vida da universidade (como de resto em toda a sociedade brasileira), nem por isso devemos idealizar a situação anterior. Afinal de contas, o sistema universitário brasileiro pré-ditadura tinha fortes traços elitistas e conservadores, quadro esse ainda mais visível em um Estado com as características da Paraíba. A esse propósito, devemos lembrar que a mesma absorvia apenas uma parte dos estudantes que concluíam o ensino básico de então, que convivia com o obsoleto sistema de cátedra, em que funcionários eram excluídos e alunos sub-representados nos conselhos superiores, com currículos desatualizados e práticas pedagógicas autoritárias, aonde as eleições de dirigentes eram feitas através de métodos pouco democráticos, como as listas tríplices definidas pela casta de professores vitalícios etc. A novidade da conjuntura de época é que essas estruturas arcaicas vinham sendo cada vez mais questionadas, em particular pelo movimento estudantil organizado, processo esse brutalmente interrompido e redimensionado pelas forças da reação em 1º de abril de 1964.



cúpula, tudo isso devidamente articulado com a rede de poder mais ampla que incluía outras instituições da sociedade e do Estado ditatorial, formada por grupos, entidades e pessoas. Nesse sentido, a sua gestão não foi exceção e sim a regra geral, nos 21 anos que a UFPB esteve submetida (a exemplo o país como um todo) ao arbítrio do estado de exceção. A comissão vem acumulando evidências que apontam na direção de que não só a sua gestão, mas todas as que lhe seguiram foram cúmplices, em maior ou menor grau, do projeto ditatorial, de acordo com as particularidades de cada conjuntura e das injunções sofridas pela dinâmica do tempo. Por outro lado, o contraponto de tudo isso foi a formação de uma tradição de resistência a esse estado de coisas, protagonizado por alunos, professores e funcionários da UFPB, seja individualmente, seja coletivamente. É para a compreensão dessa dialética, em sua dinâmica, avanços, recuos e limites, que a CVMJER/UFCG pretende se dedicar nos próximos meses, culminando na elaboração do relatório final.

Dos desdobramentos do trabalho da comissão:

A CVMJER/UFCG tem até o final de 2015 para concluir os seus trabalhos. Nesse período que resta, deve ainda organizar novas audiências públicas para escutar outros membros da comunidade universitária, realizar novos eventos de natureza política e cultural e dar continuidade à pesquisa e processamento da documentação histórica. Além do relatório final, cuja escritura deve ser priorizada nos próximos dias, é pretensão da comissão transformar todo o material acumulado ao longo do tempo numa espécie de memorial da universidade em tempos de ditadura.

**Contatos: cvmjufcg@hotmail.com - ADUFCG: 3333-1032/ ADUC: 3531-2255 /
Sintespb/UFCG: 3333-1048/ ADUFCG-Patos: 3423-9513 / DCE-UFCG: 2101-1378/1251**



ANEXOS

Contatos: cvmjufcg@hotmail.com - ADUFCG: 3333-1032/ ADUC: 3531-2255 /
Sintesp/UFPG: 3333-1048/ ADUFCG-Patos: 3423-9513 / DCE-UFPG: 2101-1378/1251



Anexo 01

Contatos: cvmjufcg@hotmail.com - ADUFCG: 3333-1032/ ADUC: 3531-2255 /
Sintesp/UFPG: 3333-1048/ ADUFCG-Patos: 3423-9513 / DCE-UFPG: 2101-1378/1251



Regimento interno da Comissão da Memória, da Verdade e da Justiça das entidades representativas da UFCG.

Da comissão:

A Comissão da Memória, da Verdade e da Justiça das entidades representativas, instituída na plenária final do II Congresso Universitário da Universidade Federal de Campina Grande, realizado entre os dias 13 e 15 de junho de 2013, tem por finalidade investigar o impacto e os efeitos do golpe de Estado de 1º de abril de 1964, e da ditadura militar (1964-1985), no âmbito da Universidade Federal da Paraíba, especialmente naqueles *campi* que deram origem a UFCG em 2002.

Dos objetivos

Produzir e divulgar amplamente e por todos os meios, relatório circunstanciado das ocorrências políticas e acadêmicas que se deram no âmbito da UFPB, em especial nos *campi* que estiveram na base da criação da UFCG (Cajazeiras, Campina Grande, Patos e Sousa), no contexto do golpe e da ditadura militar (1964-1985) brasileira, que implicaram na instalação de um ambiente constituído de práticas autoritárias e na violação de direitos humanos de membros da comunidade universitária, expresso na execução de políticas de perseguição, obscurantismo, censura, delação, tortura e morte.

Promover diligências em arquivos públicos e privados capazes de fornecer subsídios para o esclarecimento das circunstâncias e dos fatos objeto desta comissão;

Receber testemunhos, informações e documentos, assegurada a não identificação do detentor ou depoente, quando solicitada;

Realizar audiências públicas sobre fatos e com pessoas, internas ou externas à comunidade acadêmica que guardem relações com os objetivos da comissão;

**Contatos: cvmjufcg@hotmail.com - ADUFCG: 3333-1032/ ADUC: 3531-2255 /
Sintespb/UFMG: 3333-1048/ ADUFCG-Patos: 3423-9513 / DCE-UFMG: 2101-1378/1251**



Estimular, aonde for possível, o trabalho conjunto com outras comissões de natureza similar;

Estabelecer parcerias com órgãos, entidades e instituições visando à troca de informações, experiências e atividades conjuntas;

Envidar esforços para que os resultados do trabalho da presente comissão possam ser apropriados pelos diversos segmentos da comunidade universitária e da sociedade, contribuindo assim para a identificação e superação de práticas e ideários autoritários ainda hoje presentes na UFCG que remetem ao legado sombrio da ditadura;

Contribuir para que os crimes de lesa humanidade cometidos pela ditadura militar e seus agentes, especialmente aqueles que vitimaram membros da comunidade universitária, sejam esclarecidos, julgados e punidos exemplarmente.

Da composição

A presente comissão será composta de doze membros, sendo seis titulares e seis suplentes;

A escolha dos membros será feita de forma paritária pelas entidades representativas dos três segmentos universitários discente, docente e técnico administrativo;

Poderão ser membros da comissão alunos e ex-alunos, técnicos e docentes ativos ou aposentados.

Do funcionamento

A comissão se reunirá, ordinariamente, a cada quinze dias, e, extraordinariamente, a qualquer tempo, sendo precedida a sua convocação em, pelo menos, 48 horas, com pauta, data, local e horário previamente definidos;

Para efeito de instalação, as reuniões da comissão realizar-se-ão com a presença de, no mínimo, a maioria absoluta de seus integrantes;

Para efeito de deliberação da comissão, as votações se darão por maioria simples dos presentes;

**Contatos: cvmjufcg@hotmail.com - ADUFCG: 3333-1032/ ADUC: 3531-2255 /
Sintespb/UFCG: 3333-1048/ ADUFCG-Patos: 3423-9513 / DCE-UFCG: 2101-1378/1251**



O prazo de conclusão dos trabalhos da presente comissão será de 12 meses, prorrogável por igual prazo;

A comissão elegerá, entre os seus membros, um presidente, um secretário e um tesoureiro;

Em caso de empate haverá um novo processo de discussão e deliberação do ponto em apreço até que ocorra o desempate, sendo vedado o voto de minerva.

Das disposições finais

As entidades promotoras do II Congresso Universitário da UFCG darão o suporte (material, financeiro e político) para o necessário e pleno funcionamento da presente comissão;

Os atos omissos serão resolvidos pela comissão, com deliberação da maioria de seus membros.

Campina Grande, 06 de fevereiro de 2014.

**Contatos: cvmjufcg@hotmail.com - ADUFCG: 3333-1032/ ADUC: 3531-2255 /
Sintesp/UFCG: 3333-1048/ ADUFCG-Patos: 3423-9513 / DCE-UFCG: 2101-1378/1251**



Anexo 02

Contatos: cvmjufpa@hotmail.com - ADUFPA: 3333-1032/ ADUC: 3531-2255 /
Sintesp/UFPA: 3333-1048/ ADUFPA-Patos: 3423-9513 / DCE-UFPA: 2101-1378/1251



QUADRO DE DEPOIMENTOS DE MEMBROS DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA TOMADOS PELA CVMJER/UFMG EM 2014.

<p>Audiência Pública da Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades Representativas da UFCG, realizada no dia 01/11/2014, no Auditório da ADUFCG, com o depoimento do ex-aluno e professor da UFCG José Benjamim Montenegro.</p>	<p>Representativas da UFCG, ocorrida no dia 11/09/2014, com depoimentos do ex- aluno e funcionário aposentado da UFPB Simão Almeida e do professor aposentado da UFCG, Manoel Donato, no Auditório da ADUFCG.</p>
<p>Audiência Pública da Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades Representativas da UFCG, realizada no dia 01/11/2014, no Auditório da UFCG, com o depoimento do professor aposentado da UFPB Agassiz Almeida.</p>	<p>Audiência Pública da Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades Representativas da UFCG, realizada no dia 12/08/2014, no Auditório da ADUFCG, com depoimentos dos ex-alunos David Lobão e Edilson Amorim, professor da UFCG.</p>
<p>Audiência realizada no Auditório da ADUFCG, no dia 15/10/2014, com depoimentos dos ex-alunos Antonio Felinto e Antonio Pereira.</p>	<p>Audiência da Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades da UFCG, realizada no dia 14/08/2014, no Auditório da ADUFCG, com depoimento do ex-aluno e professor da UFCG Bráulio Maia, e do professor aposentado da UFCG Josemir Camilo de Melo.</p>
<p>Audiência Pública da Comissão da Verdade, da Justiça e da Memória das Entidades Representativas da UFCG realizada no dia 01/10/2014, no Auditório da ADUFCG, com depoimento do professor aposentado da UFCG, Fernando Garcia.</p>	<p>Audiência Pública da Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades da UFCG, realizada no dia 06/08/2014, no Auditório da ADUFCG, com depoimentos do ex-aluno Sizenando Leal e o professor da UFCG Francisco Cunha Metri.</p>
<p>Audiência Pública da Comissão da Verdade das Entidades da UFCG, realizada no dia 25/06/2014, no Auditório da ADUFCG, com o depoimento ex-aluno e professor da UFCG Carlos Alberto Silva.</p>	<p>Audiência Pública da Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades Representativas da UFCG, realizada no dia 24/07/2014, no Auditório da ADUFCG, com depoimentos dos ex-alunos e professores José Jonas Duarte (UFPB) e Geraldo Baracuhy (UFCG).</p>
<p>Depoimento da professora aposentada da UFCG Josefa Gomes de Almeida, realizado em sua residência no dia 31/05/2014.</p>	
<p>Audiência da Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades</p>	

Contatos: cvmjufcg@hotmail.com - ADUFCG: 3333-1032/ ADUC: 3531-2255 / Sintespb/UFMG: 3333-1048/ ADUFCG-Patos: 3423-9513 / DCE-UFMG: 2101-1378/1251



<p>Sexta audiência pública da Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades Representativas da UFCG, realizada no dia 28/05/2014, no Auditório da ADUFCG, com o depoimento do ex-aluno e professor da UFCG, Mário Araújo Filho.</p>	<p>Primeira audiência Pública da Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades Representativas da UFCG, realizada no dia 27/03/2014, no Auditório da ADUFCG, com depoimentos do professor aposentado da UFCG, Wagner Braga Batista, e do ex-aluno Jorge de Aguiar Leite.</p>
<p>Quinta audiência da Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades Representativas da UFCG, que ocorreu no dia 21/05/2014, no Auditório da ADUFCG, com os ex-alunos e professores da UFCG, Leimar de Oliveira e Josevaldo Cunha.</p>	<p>Audiência Pública da Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades Representativas da UFCG, realizada no dia - 05/11/2014, no Auditório da ADUFCG. Nela apresentaram seus depoimentos o professor aposentado da UFCG Jurandir Xavier e a ex-aluna e professora da UFCG Eronides Câmara.</p>
<p>Quarta audiência Pública da Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades Representativas da UFCG, ocorrida no dia 13/05/2014, com os ex-alunos e professores da UFCG Rômulo Vale Maranhão e Marcelo Grilo.</p>	<p>Audiência Pública da Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades Representativas da UFCG, realizada no dia - 27/11/2014, no Auditório da ADUFCG. Nela apresentou seu depoimento o professor aposentado da UFCG João Otávio.</p>
<p>Segunda audiência pública da Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades Representativas da UFCG, realizada no dia 10/04/2014, no auditório da ADUFCG, com depoimentos dos ex-alunos e professores da UFCG Francisco de Assis Tejo e Gervácio Batista Aranha.</p>	<p>Tomada de depoimento do ex-aluno e professor aposentado da UFCG José Urânio, realizada no dia 30/09/2014, na sala de reuniões da diretoria da ADUFCG.</p>
<p>Audiência Pública da Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades Representativas da UFCG, realizada no dia 17/07/14, no Auditório da ADUFCG. Nela apresentaram seus depoimentos os ex-alunos e professores da UFCG Hermano Nepomuceno e Severino José de Lima.</p>	
<p>Terceira audiência da Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades, realizada no dia 06/05/2014, com o depoimento do professor aposentado da UFCG Marcos Barbosa Caldas.</p>	

**Contatos: cvmjufcg@hotmail.com - ADUFCG: 3333-1032/ ADUC: 3531-2255 /
Sintespb/UFMG: 3333-1048/ ADUFCG-Patos: 3423-9513 / DCE-UFMG: 2101-1378/1251**